



CONGRESSO

Câmara abre caminho para a jogatina no país

Deputados aprovam projeto que legaliza cassinos, jogo do bicho e bingos. A proposta segue, agora, para análise do Senado

» RAPHAEL FELICE
» TAÍSA MEDEIROS

Após tramitar por 31 anos no Congresso, o projeto que legaliza a jogatina no Brasil foi aprovado pela Câmara por 246 votos contra 202. A Casa rejeitou, ontem, todos os destaques e concluiu a apreciação. Agora, a proposta segue para avaliação do Senado.

O projeto legaliza cassinos, jogo do bicho e bingos no país. A licença será do Ministério da Economia, que poderá solicitar informações e documentos para o esclarecimento da operação, inclusive quanto à origem dos recursos usados e à reputação dos envolvidos. A pasta poderá, ainda, criar uma agência reguladora que fará parte do Sistema Nacional de Jogos e Apostas.

O relator do projeto, Felipe Carreras (PSB-PE), estima que legalização das modalidades deve gerar milhares de empregos diretos. "A gente vai trazer luz para o jogo que já existe no Brasil de forma clandestina. O Estado vai depurar, arrecadar e gerar emprego para milhares de brasileiros", sustentou.

O parlamentar avaliou que o lucro total pode ser de mais de R\$ 100 bilhões, o que resultaria em quase R\$ 20 bilhões em impostos para a União. Isso porque a proposta cria um tributo chamado Cide-Jogos, que cobrará 17% sobre a operação das apostas. Para prêmios acima de R\$ 10 mil, haverá 20% de incidência de Imposto de Renda sobre o ganho líquido.

O líder do PT, Reginaldo Lopes (MG), e o primeiro vice da Câmara, Marcelo Ramos (PSD-AM), consideraram a tributação baixa. "Uma atividade mais danosa deve pagar mais, e outra menos danosa, menos. A cerveja paga mais tributo do que a água", argumentou Ramos.

A maior rejeição que o texto sofreu foi por parte da Frente Parlamentar Evangélica (FPE), que

wikipedia



Pelo texto, os recursos gerados pela cobrança da contribuição sobre os jogos serão distribuídos para União, estados, DF e municípios

Base rachada

A aprovação do projeto de lei expôs o racha na base aliada do governo. Deputados da Frente Parlamentar Evangélica acusaram a cúpula do PP, partido do presidente da Câmara, Arthur Lira (AL), e do ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, de agir contra os interesses do chefe do Executivo e prometeram dar o troco. Evangélicos consideram que jogos de azar contribuem para a lavagem de dinheiro e estimulam o vício.

tentou articular o adiamento da votação. Na avaliação do presidente da bancada, Sóstenes Cavalcante (União-RJ), o projeto é um "desastre" e impactará negativamente os mais pobres. Ao defender o posicionamento, ele se definiu como "liberal na economia e conservador nos costumes". afirmou que a solicitação não tinha viés religioso, mas, sim, técnico. "Não gera empregos, mina empregos", enfatizou.

Mesmo na bancada evangélica, no entanto, houve divisão, por causa da possibilidade de que parte dos recursos arrecadados com os jogos fossem destinados às igrejas, o que acabou não avançando. Em live nas redes sociais, o presidente Jair Bolsonaro

prometeu vetar o projeto, caso seja aprovado, também, pelo Senado. Ele frisou, no entanto, que há limitações. "Alguns querem que eu reprove ou aprove certas coisas lá. Tenho meu limite. Fiz o que pude junto aos parlamentares mais próximos da gente, para ver se derrotava o projeto lá. Infelizmente, foi aprovado."

O senador Wellington Fagundes (PL-MT), integrante da base do governo, é favorável à legalização dos jogos, desde que todos os termos estejam bem regulamentados. "Sou a favor como geradora de emprego direto ou indireto, tendo como resultado, também, imposto arrecadado", opinou.

» Crítica da CNBB

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) criticou a aprovação do projeto que legaliza os cassinos. A instituição, inclusive, indicou o link da Câmara para que o eleitor pudesse verificar como cada parlamentar votou. "É importante, principalmente neste ano eleitoral, avaliar a posição assumida", disse o presidente da CNBB, d. Walmor Oliveira de Azevedo, arcebispo de Belo Horizonte.

Regras

Veja os principais pontos do relatório

Jogo do bicho

» A proposta exige que todos os registros de apostas ou de extração sejam informatizados e com possibilidade de acesso em tempo real (on-line) pela União. Cada município pode ter uma casa de jogo do bicho a cada 700 mil habitantes. Se a população da região for menor do que isso, só haverá uma credenciada para a modalidade.

Bingo

» Municípios e o Distrito Federal podem explorar os jogos em estádios com capacidade de pelo menos 15 mil torcedores. Será autorizada uma casa de bingo a cada 150 mil habitantes.

Cassinos

» De acordo com o texto, os cassinos poderão ser instalados em resorts como parte de complexo integrado de lazer que deverá conter, no mínimo, 100 quartos de hotel de alto padrão, locais para reuniões e eventos, restaurantes, bares e centros de compras. O espaço físico do cassino deverá ser, no máximo, igual a 20% da área construída do complexo, podendo ser explorados jogos eletrônicos e de roleta, de cartas e outras modalidades autorizadas. Também será autorizado o funcionamento de cassinos em navios.

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Crise da Ucrânia é uma mudança na política mundial

Estava escrito nas estrelas o que acontece na Ucrânia, invadida por tropas do Exército russo por ordem do presidente Vladimir Putin. A dura retaliação econômica dos Estados Unidos e seus aliados da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) aos dirigentes, magnatas e instituições financeiras russas também. Joe Biden, o presidente dos Estados Unidos, desde o primeiro momento da crise, ao lado do primeiro-ministro britânico, Boris Johnson, havia advertido que o Ocidente não toleraria uma agressão à Ucrânia. Os dois pagaram para ver e, agora, estamos diante de um novo conflito envolvendo as fronteiras da Europa, desgeladas pela queda do Muro de Berlim e o fim da antiga União Soviética, no final do século passado.

É bom lembrar que os Estados Unidos atuam como uma espécie de xerife do mundo, nem sempre

sob a bandeira da Organização das Nações Unidas (ONU), desde a dissolução da antiga Iugoslávia, em 1991. Ironicamente, com apoio da Rússia, os EUA contiveram os planos expansionistas da Sérvia, duramente bombardeada por três meses. A política de limpeza étnica do então presidente sérvio, Slobodan Milosevic, foi punida exemplarmente. Depois de perder as eleições em 2000, o líder nacionalista acabou preso por crimes de guerra no cerco à Sarajevo e pelo massacre de Srebrenica, ocorrido em julho de 1995, quando tropas sérvias executaram cerca de oito mil bósnios. Os Estados Unidos também exerceram o papel de xerife no Iraque, na Líbia, na Síria e no Afeganistão, entre outros países.

Na Ucrânia, porém, os Estados Unidos não recorreram à ação militar direta. A razão é óbvia:

a Rússia herdou a paridade estratégico-militar da antiga União Soviética, em razão de seu poderio nuclear. Esse era o ponto de equilíbrio da antiga "guerra fria". A derrota dos regimes comunistas do Leste Europeu ocorreu devido à estagnação econômica e à grande insatisfação popular com a falta de liberdade. Essa é a mesma aposta de Biden para derrotar Putin. Ou seja, os EUA pretendem isolar politicamente o líder russo e provocar o colapso de seu governo, com sanções duríssimas por parte de todos os países da Otan.

A situação é muito diferente de 20 anos atrás para os Estados Unidos exercerem seu papel. Nesse período, a Rússia conseguiu se reestruturar, e a China emergiu como a segunda potência econômica do planeta, disputando a hegemonia do comércio mundial, cujo eixo se deslocou do Atlântico para Pacífico.

A aliança entre os Estados Unidos e a China, inaugurada no governo Nixon, que fora fundamental para a derrota do regime soviético, resultou num novo cenário internacional: o mundo deixou de ser unipolar.

Diante do declínio de sua hegemonia absoluta, no governo de Donald Trump, os Estados Unidos iniciaram uma guerra comercial com a China, mas mantiveram boas relações com a Rússia, apesar do conflito da Ucrânia. Putin era acusado pelos democratas de ter interferido nas eleições norte-americanas em favor de Trump. Após a eleição de Joe Biden, não à toa, a política externa dos Estados Unidos tornou-se mais dura militarmente, tanto no Índico como na Europa Central.

Bipolar

O acordo militar com a Austrália, a Índia e o Japão, recentemente

assinado, tensionou as relações com a China, que nunca desistiu de recuperar sua soberania sobre Taiwan. A invasão da Ucrânia, para impedir sua entrada na Otan, aproximou a Rússia ainda mais da China. É nesse cenário que a nova "guerra fria" virou uma guerra quente, ainda localizada na Ucrânia, mas que ninguém sabe como vai acabar.

Há outros atores em cena. No século passado, a disputa pelo controle do comércio do Atlântico pela Inglaterra, uma potência marítima, e a Alemanha, uma potência continental, resultou em duas guerras mundiais. Com a União Europeia, sem gastar muito dinheiro com a Defesa, graças à expansão da Otan, a Alemanha tornou-se a principal potência econômica da Europa, aliando-se à França, para ocupar os mercados das repúblicas do Leste Europeu.

Os ingleses, com o Brexit, porém, decidiram sair da União Europeia e apostar no seu protagonismo junto à Otan para manter sua hegemonia no Atlântico Norte.

Como subproduto da crise da Ucrânia, o principal projeto da Alemanha para eliminar sua dependência à energia nuclear subiu no telhado: o grande gasoduto construído pela Rússia, que estava em vias de entrar em operação e, agora, virou um micro econômico gigante. A Alemanha e a França vinham sendo protagonistas da construção de um mundo multipolar estável. Agora, esse objetivo ficou mais distante, ao ser completamente ofuscado pelos Estados Unidos e pela Inglaterra, de um lado, e por Rússia e China, de outro. Quem ganha com essa agressiva bipolaridade? O que interessa aos demais países é a paz e um mundo multipolar.